

país funções de um Estado é gerar emprego para absorver a crescente oferta de mão-de-obra.

Quero concluir, Sr. Presidente, concordando com o Constituinte João Agripino quando afirma que neste País só vai para a cadeia ladrão de galinha, porque esta Assembléia Nacional Constituinte deveria inserir no texto constitucional que está sendo redigido punição para o abuso de poder.

Duvido, no entanto, que o Governador de seu partido na Paraíba, o Sr. Miranda Buriti, concorde com o seu nobre Constituinte. Por que ninguém jamais abusou tanto do poder na Paraíba como o atual Governador do Estado. Não só usando a força contra a população como utilizando o poder em benefício próprio.

O Estado da Paraíba, hoje, para a boa parcela de parentes diretos e indiretos do Sr. Miranda Buriti, que vai passar à história por haver sido o maior nepotista do País.

Isto, sim, é caso de polícia!

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias foram feitos anúncios sobre o fim dos empréstimos compulsórios incidentes sobre veículos automotores novos e usados, praticados pelo Governo federal. Esses empréstimos sempre se caracterizaram como apropriação indébita de bens e serviços pelo Ministério da Fazenda, até mesmo em função de que carro não é luxo, é instrumento de trabalho. De qualquer forma, após os anúncios, causa-nos estranheza que até o momento inexista publicidade em torno da necessidade de se reparar o dano, através da devolução, com juros e correção monetária, dos valores injustamente confiscados da população. O condutor autônomo de veículos não está mais conseguindo realizar empréstimos ao Governo federal a custo zero. Por isso, é urgente que haja uma manifestação dando resposta a esta verdadeira anomalia, até agora silenciada, em termos de uma resposta que necessita ser caracterizada pela maior urgência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão econômica nacional é cada vez mais grave, não apenas por isto, mas principalmente por uma conjuntura global, em que o congelamento proposto pelo Plano Bresser se revela, cada vez mais, sem o menor suporte de credibilidade. A proposta é leviana, oficializa o atentado contra o poder de compra dos trabalhadores e, por ser imoral, não se sustenta.

O congelamento proposto pelo Plano Bresser não tem o menor suporte de credibilidade popular, é leviana, oficializa um atentado contra o poder de compra dos trabalhadores e, por ser imoral, não se sustenta. No máximo, o Plano Bresser congelou a miséria no País.

A opção do Ministro da Fazenda pelo grande capital é tão desvairada e insensata, por comportar preços estrondosamente abusivos e impraticáveis, que, rejeitando os excessos da tabela, os próprios donos de supermercado estão optando pelo subabelamento de retorno, que os aproxime da realidade que é hoje a combalida economia popular.

Bresser é o comandante marcha-ré das finanças e é assombrosa a habilidade com que está conduzindo a economia brasileira para o retrocesso. Tutela do FMI, internacionalização da eco-

nomia, arrocho salarial, desemprego, recessão e os inquietantes rumores de que estaria para ser posta em prática a picaretagem da conversão dos juros da dívida externa em contratos de risco, sob o rótulo falso de "conversão da dívida externa brasileira em investimentos", tudo isso confere a Bresser, em nome até mesmo de uma estratégia de sobrevida do Governo Sarney até 15-11-88, somada à preservação do interesse nacional, o clima adequado para que o Ministro da Fazenda, a serviço do povo brasileiro, possa vir a oferecer o exercício salutar de uma renúncia, o que viria, de fato, a corroborar os anseios hoje tão visíveis em todos os quadrantes do País. Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é que, em momento tão grave como este, em que a sociedade brasileira, cada vez mais, clama e espera coerência e — o que é fundamental — uma resposta aos seus anseios, devemos, todos, nós cerrar fileiras como os nacionalistas de todos os partidos, que não pactuam, não aceitam e não haverão de transigir com o entreguismo que, cada vez mais, avassala nossa economia e nos tenta conduzir à lamentável condição de colônia tutelada pelo imperialismo norte-americano, principalmente.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, no curso da última legislatura, tornei-me autor de projeto de lei que estabelece a transmissão, pelas emissoras de rádio e televisão, de um minuto de prece, às 18h, pela paz no Brasil e no mundo.

Creio que esse projeto, a exemplo de muitos outros, sujeitos à norma regimental, tenha tomado o rumo do arquivô.

Hoje, leio no jornal **O Dia** que a rádio FM de sua propriedade faz essa transmissão diretamente de Porto das Caixas, onde milhares de romeiros, peregrinos de todo o País, comparecem para fazer orações e suplicar do "beneficiado", como eles próprios se referem ao Senhor Jesus Cristo, graças e atendimento privilegiado nas soluções de seus problemas.

Este fato, Sr. Presidente, precisa ser propagado por todos os meios ao alcance da comunicação de massas. Assumo esta iniciativa, pedindo a transcrição do noticiário que anexo, a fim de que esta augusta Assembléia Nacional Constituinte enriqueça seus Anais com o registro de valiosos testemunhos de que, nos momentos de aflições, Deus é o caminho mais próximo dos nossos verdadeiros anseios.

Era o que tinha a dizer.

PORTO DAS CAIXAS

"Assim como Eu observei os preceitos de Meu Pai e permaneço no seu amor."

(S. João.)

**SOU PEREGRINA CONSTANTE
PARA AGRADECER AO SENHOR**

Reportagem de Denise Eichler

"Sou uma peregrina constante em Porto das Caixas, onde rendo graças pela minha recuperação de uma enfermidade cardíaca". Em seus 70 anos, Ercilia Lubianco dos Santos, Rua Brigadeiro Delamare, 427, Marechal Hermes, esteve proibida até de se locomover, mas nas orações

teve superado todos os problemas. "Mas foi em meu genro, o Engenheiro Joaquim Lyra, que, com 47 anos de idade, foi vítima de um violento enfarte. Joaquim foi internado e desenganado.

A sua situação era tão séria que para sobreviver ele necessitava a colocação de três pontes de safena. Toda a família unida rogou ao Crucificado a sua recuperação da cirurgia, sem sequelas. Na graça do Senhor, o meu genro superou todos os problemas e hoje vive como um homem normal. Para agradecer todas as graças que recebeu do Senhor é que sou uma peregrina constante, orando em seu Santuário".

Próstata

Izaura Chagas Barbosa, Rua Marechal Alencar, 5, Deodoro, conta que foram muitas as graças que recebeu em orações ao Crucificado. "Hoje sou presença nos ofícios religiosos, para render graças ao Senhor por um amigo da família. Miguel estava gravemente enfermo com um problema na próstata e temia uma doença grave. Rogamos em uma novena para que a cirurgia corresse normalmente. Ele foi operado e no material colhido para exames, não foi constatada a malignidade. Miguel está curado na graça do Senhor".

Junto aos filhos

Maria Luiza Pinheiro, Rua Seriba, 552, Padre Miguel, mora num barraquinha, mas é uma mulher muito feliz. "Tenho 85 anos e estava em Aracaju, com os meus dois filhos no Rio de Janeiro. Sozinha na minha terra, eu sofria muitas saudades dos filhos. Clamei ao Senhor o direito de terminar os meus dias ao lado dos filhos. Deus atendeu as minhas orações e o meu filho Manuel Pinheiro foi me buscar. Junto à família renasci para a vida e hoje estou agradecendo ao Senhor".

Correspondência

"Quando li sobre o Santuário ao Crucificado e as grandes graças que lá estão ocorrendo, logo pensei em Gregório, meu marido". Zoraide de Garcia, Eloy Alfaro, Guayaquil, Equador, conta que o marido sofreu um enfarte há 2 anos, mas conseguiu superar. No entanto, o seu sistema nervoso foi comprometido pela tensão do tratamento intensivo. "Hoje ele teme tudo, pensando que o enfarte pode se repetir. O seu cuidado até na alimentação demonstra bem o seu descontrole emocional. Gregório está com 42 anos e quando anda os seus passos são lentos como se estivesse com a perna enferma. Ele já foi esclarecido pelo médico de que os temores podem prejudicar sua saúde, porém os seus nervos não permitem uma modificação no comportamento. Estou pedindo que me enviem as orações ao Crucificado, pois juntos iremos rogar."

Zoraide de Garcia
Equador

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que o texto da nova Constituição vai tomando a sua forma definitiva, sinto-me no dever de juntar-me àqueles que propugnam pelos direitos do trabalhador. Um país é feito, acima de tudo, de homens e de mulheres, que fazem a sociedade mover-se no sentido das realizações. São eles que fazem a História. Então é justo que a Carta Magna assegure ao trabalhador brasileiro um nível de bem-estar com-

Julho de 1987

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sábado 4 3085

patível com a soma de deveres que dele é exigida.

Tenho em mente, sobretudo, a situação dos aposentados, daqueles que se retiraram do serviço ativo depois de tantos anos de dedicação. É triste ver o descaso com que são tratados os nossos patrícios idosos, auferindo proventos insuficientes para viverem, como se as suas necessidades tivessem diminuído com a passagem para a inatividade.

Sr. Presidente, vim à tribuna hoje defender a aposentadoria, com proventos integrais, aos 30 anos para o homem, e aos 25 para a mulher. Esta é a situação que vige atualmente para os professores e as professoras, enquanto as outras categorias profissionais estão sujeitas ao regime de 35 anos para o homem e 30 para a mulher.

A diferença de cinco anos para menos, que advogo, é coerente com a necessidade de assegurar ao cidadão uma margem de tempo, após a aposentadoria, durante a qual ele poderá desfrutar o seu lazer, passear, divertir-se, conhecer outros aspectos da vida, como não lhe foi possível fazer durante os longos anos do serviço ativo. De nada adianta uma aposentadoria tardia, quando a pessoa já está demasiadamente idosa, talvez doente a ponto de não ter condições para usufruir o seu tempo livre.

Vamos dar possibilidade ao idoso para aproveitar sua vida, após ter dado o melhor do seu trabalho em benefício do País. Neste sentido, a minha proposição, que também é a proposta de tantos outros companheiros desta Assembléia Constituinte, não estaria completa se não abordasse, ainda, a aposentadoria compulsória. A idade de 70 anos soa demasiadamente tarde. Dificilmente encontrariam um septuagénario em perfeitas condições de saúde para gozar o tempo da inatividade. Seria muito justo, assim, fixarmos em 65 anos a idade da compulsória, também com proventos integrais, para dar aos nossos anciãos uma oportunidade de descanso como prêmio pelos anos de trabalho.

Ao término destas palavras, considerando que o projeto da futura Constituição vai agora entrar na sua fase decisiva, conclamo meus Pares a lutarem por essa conquista, em benefício dos brasileiros idosos.

Que a Lei Maior consagre nos seus artigos a aposentadoria com proventos integrais, em igualdade com os trabalhadores da ativa, aos 30 anos de serviço para o homem, e aos 25 para a mulher, com a compulsória aos 65 anos de idade. Grande é a expectativa da população, que não deve ser frustrada neste que é um dos seus interesses maiores.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência deseja comunicar aos Srs. Constituintes que neste momento deve estar assumindo a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, nobre Deputado Ulysses Guimarães, já que o Exmº Sr. Presidente da República, ao visitar a cidade de Maldonado, no Peru, em companhia do Presidente Alan Garcia, terá transposto a fronteira brasileira. Por preceituação constitucional, caberá ao Presidente Ulysses Guimarães assumir a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA (PFL — PI) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando decidi candidatar-me a Deputado Federal, fui movido pela idéia de participar, sobretudo, da Assembléia Nacional Constituinte, fato histórico da maior importância, visto que assinalaria os novos rumos que haveriam — e que espero que isto aconteça — de levar o nosso País ao encontro com a democracia plena.

Nosso desejo era o de participar, representando o povo do Piauí, meu Estado, no ato da elaboração da nova Carta Magna, dando um pouco da nossa experiência, do nosso esforço e do nosso trabalho. Não temos feito outra coisa senão procurar honrar o nosso compromisso com o povo do Piauí, desenvolvendo nossas atividades principalmente nas Subcomissões e Comissões das quais fizemos parte, com empenho e desempenho, que atravessaram muitas e muitas madrugadas.

Sr. Presidente, quero, nesta oportunidade, registrar a minha preocupação com o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelas diversas Subcomissões e Comissões Temáticas, condensados no anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização. Não posso deixar de registrar a minha decepção e até mesmo a minha frustração diante de um texto que não honra, na verdade, a cultura jurídica brasileira. Não me parece justo pretender-se elaborar uma Carta constitucional que mais parece um código ou mesmo um regulamento do que uma Constituição. A sua linguagem não obedece a um critério uniforme, é cheia de erros e, às vezes, ininteligível. Muitos trechos, inclusive, mais parecem frases de faixas de comícios ou discursos de palanque.

Quero manifestar esta minha preocupação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, exatamente para expressar a nossa esperança de que se possa — e ainda há tempo — transformar tudo aquilo num texto enxuto e compatível com a tradição das Constituições brasileiras, condensadas em artigos que apenas sirvam para definir a estrutura jurídica, administrativa e econômico-social do País, e não apresentar verdadeiras concessões benévolentes, de excessivos direitos e vantagens, a grupos profissionais e funcionais que por aqui transitaram fartamente em busca apenas de assegurar esses direitos e vantagens para a sua parcela integrante da comunidade brasileira. A constituição que desejamos é aquela que seja duradoura nas suas instituições e normas, e não a que abre caminhos para frequentes reformas, como tem acontecido com as Constituições anteriores.

Sr. Presidente, esta nossa preocupação funde-se, sobretudo, no fato de que na Comissão de Sistematização não pudemos apresentar emendas que modificassem e substituíssem muitos daqueles textos. Não pudemos dar-lhes uma uniformidade de estrutura e de linguagem mais adequada ao seu aspecto jurídico-constitucional. Espero que, já na outra etapa, a do Plenário, possamos chegar a esse consenso, sobretudo diante de entendimentos entre as lideranças, entre todos nós, para termos não uma Constituição de um partido, de uma facção, mas uma Constituição do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jesus Tajra o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Tem a palavra o Sr. Ubiratan Aguiar. (Pausa.)

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há poucos dias tivemos oportunidade de reclamar, da tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte, contra norma baixada pelo Banco Central que determina a aplicação da correção monetária plena ou de 50% dela nos contratos de empréstimos realizados por agricultores e pecuaristas.

Mostramos que aquela resolução feria frontalmente um direito adquirido. Não poderia ela ter retroagido para prejudicar agricultores e pecuaristas que haviam celebrado contratos com juros determinados, de acordo com a faixa de 3, 6 e 8%, retirando do cidadão a certeza de que os termos do contrato seriam respeitados. O que se viu, na prática, foi que, unilateralmente, o Governo Federal, através do Banco Central, desrespeitou a legislação vigente, o Código Civil, que rege e disciplina os contratos celebrados e, por simples resolução, modificou todo um quadro, levando o caos e o desespero aos agricultores e pecuaristas de nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, outro desencanto. O Banco Nacional da Habitação, criado para resolver o problema de moradia do povo brasileiro, depois extinto e incorporado à Caixa Econômica Federal, fazia constar, como ainda hoje faz, nos contratos com os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, uma cláusula responsabilizando o segurado pelo saldo devedor verificado ao término do pagamento das prestações contratadas a prazo certo. Hoje, através de decisão governamental, desrespeitam-se os contratos celebrados, pelos quais o mutuário, ao término de 15, 20 ou 30 anos, tinha garantida a posse e o domínio definitivo do seu imóvel e recebia do órgão responsável o documento hábil para lavrar a escritura definitiva. Agora, o que se vê é a parte contratante, que representa o Governo, dizer ao mutuário, ao término do contrato, que o seu saldo devedor será refinanciado até que se liquide o débito existente. E o dinheiro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que é em cada contrato consignado para o seguro, que deve cobrir exatamente esse saldo devedor encontrado, para que fim será destinado? Qual o caminho que esses recursos tomarão? Como pôde, unilateralmente, o Governo adotar uma posição contrária aos interesses de brasileiros que acreditaram num plano que visou a resguardar um dos problemas mais sérios da nossa gente?

Sr. Presidente, o tempo — e V. Exº me comunica — esgota-se. Estamos elaborando pedido de informação acerca da matéria, no sentido de resguardar o direito de milhões de brasileiros que acreditaram ser séria a medida posta em prática pelo Governo de que os direitos de cada um seriam assegurados nas normas estatuídas em cada contrato celebrado.

Muito obrigado.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB — RJ) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando, no início desta Sessão Legislativa, alguns companheiros compareceram a este microfone para falar na necessidade de recesso, durante este ano, da Câmara dos Deputados, fomos daqueles que protestaram contra o fato. Víamos a necessidade de Câmara e Senado permane-